

O NOVO SIGNIFICADO DA QUESTÃO AGRÁRIA

THE NEW MEANING OF THE AGRARIAN QUESTION

Marta Inez Medeiros Marques*

Resumo: Este artigo analisa as mudanças por que tem passado o campo em face da expansão e reestruturação do capitalismo em sua fase de *globalização neoliberal* e dos impactos das recentes crises financeira e de alimentos de modo a apreender o atual significado assumido pela *questão agrária* no mundo e para a sociedade brasileira. Ele se baseia na análise de dados e informações de fontes diversas. E conclui que a *questão agrária* hoje resulta da consolidação do *regime alimentar corporativo* e do avanço do processo de *estrangeirização da terra*, sob o domínio de grandes corporações transnacionais. Neste cenário, a luta camponesa tornou-se uma luta internacional em torno da bandeira da *soberania alimentar* e não se trata mais apenas de uma luta contra a grande propriedade e as perversas estruturas de poder local, mas de uma luta contra uma ordem global, o *regime alimentar corporativo*.

Palavras-chave: questão agrária, regime alimentar corporativo, estrangeirização de terras, acumulação por espoliação, investimento estrangeiro direto.

Abstract: This article discusses the changes experienced by the countryside in face of the expansion and restructuring of capitalism in its phase of *neoliberal globalization* and the impacts of recent financial and food crises in order to seize the current meaning of the *agrarian question* in the world and to the Brazilian society. It is based on the analysis of data and information from various sources. It concludes that the *agrarian question* today is the result of *corporate food regime* consolidation and the advancement of the process of *land foreignization*, under the domain of large transnational corporations. In this scenario, the peasant struggle became an international struggle around the claim for *food sovereignty* and it is no longer just a fight against large property and local power structures, but a fight against a global order, the *corporate food regime*.

Keywords: agrarian question, corporate food regime, land foreignization, accumulation by dispossession, foreign direct investment.

Introdução

Nos últimos anos tem se verificado um conjunto de mudanças que têm afetado profundamente a relação campo cidade no mundo. Calcula-se que, por volta de 2007, pela primeira vez na história o número de pessoas residentes nos centros urbanos superou o da população rural. Em 2010 a população rural era de 3.300 milhões contra 3.500 milhões de população urbana. A mudança verificada na relação entre população agrícola e não agrícola, por sua vez, é algo que merece uma atenção ainda maior. Enquanto em 1970 a população agrícola contabilizava 2.000 milhões de pessoas e a não-agrícola, 1.700 milhões, a situação se apresenta totalmente invertida em 2010, com

* Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. email: mimmar@usp.br

uma população agrícola de 2.600 milhões frente a 4.200 milhões de não-agrícolas (BORRAS JR. e FRANCO, 2010, p. 2-3).¹

É também no ano de 2007 que os agrocombustíveis “tomam a cena” e passam a ser vistos como uma grande alternativa para reduzir a dependência do uso de combustíveis fósseis, cujos efeitos poluentes são identificados por muitos como principal responsável pelo processo de aquecimento global. Em 2008 os preços dos alimentos alcançam níveis impressionantes no mercado mundial e são mantidos em patamares elevados nos anos seguintes apesar de frequentes oscilações. Nesse mesmo ano, assiste-se a uma crise financeira global com fortes consequências sobre a economia em geral.

Grande volume de capitais que se retiram dos setores mais afetados pela crise em busca de novas possibilidades de investimento vêm o segmento do agronegócio como uma boa oportunidade. Ocorre então um *boom* nos investimentos em negócios envolvendo a produção de commodities agrícolas alimentares e não-alimentares, com destaque para a produção de agrocombustíveis.

Para o agronegócio no Brasil, este período surge como bastante promissor e tem favorecido a sua expansão em várias frentes. O país tem atraído fortemente as atenções dos investidores internacionais dado seu potencial para a expansão da produção agrícola. De acordo com o documento *Perspectivas Agrícolas OCDE-FAO 2010-2019* (OECD-FAO, 2011), o Brasil deverá ser o país com o crescimento mais rápido da produção agrícola, com uma evolução prevista de 40% até 2019 (considerando-se a evolução da produção de suas principais commodities). Cifra bem acima daquela estimada para países em que se verifica também um crescimento elevado como a Rússia, a Ucrânia, a China e a Índia, cujo aumento da produção previsto será superior a 20% ao longo do mesmo período.

Também chama a atenção o aumento de investimentos diretos na produção agrícola realizados por governos estrangeiros em países da África e sul da Ásia via aquisição ou arrendamento de terras com o objetivo de garantir a segurança alimentar interna, como é o caso da China², da Coreia do Sul e países do Oriente Médio.

Observa-se, por um lado, o avanço de disputas envolvendo a terra em vários lugares do mundo, atingido especialmente segmentos mais pobres da população rural que ocupavam a terra com base em direitos costumeiros e sem documentos formais de propriedade. O que muitas vezes ocorre com base em acordos realizados com governantes locais à revelia do interesse e conhecimento da população diretamente atingida, configurando um processo de *neogrilagem legal de terras*.³ Por outro lado,

observa-se a emergência de situações de fome, afligindo amplos contingentes da população mundial e contribuindo para o surgimento de revoltas populares, sobretudo entre grupos empobrecidos da África subsaariana e do sul da Ásia⁴.

Esse momento dramático põe em evidência a atualidade da *questão agrária*, que se revela de complexidade crescente e alcança um caráter global. E, para que se possa compreender o significado que assume a *questão agrária* hoje, será analisado a seguir o conjunto de processos atuantes no campo que estruturam as condições de possibilidade da presente conjuntura.

Objetivo

Este artigo visa analisar as mudanças por que tem passado o campo em face da expansão e reestruturação do capitalismo em sua fase de *globalização neoliberal* e dos impactos das recentes crises financeira e de alimentos de modo a apreender o atual significado assumido pela *questão agrária* no mundo e para a sociedade brasileira. Desta forma, perseguiu as seguintes questões: (1) Quais os principais processos existentes no campo responsáveis pela manutenção e aprofundamento da desigual distribuição de terras? (2) Quais os principais atores envolvidos nos conflitos daí decorrentes? (3) Quais as principais consequências destes processos e conflitos?

Referencial teórico-conceitual

Nos anos 1970 o capitalismo vive um período de crises. Entra em colapso o arranjo econômico-político e institucional que possibilitou a configuração de um Estado intervencionista capaz de promover uma economia moral e social nos países centrais (Europa e Estados Unidos) sustentada por um pacto social entre o capital e o trabalho, assegurando altas taxas de crescimento no anos 1950 e 1960 (Harvey, 2005). O que trouxe desdobramentos perversos para as sociedades e para a economia em geral. Assiste-se, então, a um processo de reestruturação do capitalismo em escala mundial. Segundo Harvey (2004), a nova ordem que se estrutura resulta da reação das elites capitalistas que, afetadas por uma crise de sobreacumulação, buscam a restauração de seu poder.

Entende-se que a acumulação de capital se realiza a partir de duas frentes: seja por meio de relações de produção propriamente capitalistas, ou processo de reprodução ampliada; seja baseada na acumulação por espoliação, ou uma série de expedientes predatórios, violentos e fraudulentos que promovem a acumulação e concentração de

riqueza nas mãos de poucos via espoliação de um grupo, classe social ou sociedades inteiras (Harvey, 2004, p.115-126).

A atual fase do capitalismo se caracteriza pelo avanço de mecanismos de *acumulação por espoliação* como o processo de privatização, expropriação, proletarianização e financeirização da economia. Crises financeiras localizadas são impostas a determinado setor ou território pelo sistema financeiro internacional sob liderança do FMI, resultando na criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados. Esses processos resultam na liberação de um conjunto de recursos - força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias - a custo muito baixo, que serão mobilizados pelo capital sobreacumulado (Harvey, 2004, p.124-125).

O Estado passa a priorizar a promoção de um ambiente favorável aos negócios com vistas a atrair novos investimentos em detrimento de sua intervenção direta na economia, seja por meio de empresas estatais, seja por meio do controle sobre o processo econômico baseado em instrumentos e políticas regulatórias. Inaugura-se um período sob a dominância de práticas político-econômicas e do pensamento neoliberal, que defendem um acarbouço institucional caracterizado por direitos de propriedade privada fortalecidos, mercado livre e comércio livre. Desregulação, privatização e a retirada do Estado de muitas áreas de provisão social tornam-se processos comuns. O Estado se torna um ator a serviço do capital e de sua estratégia de globalização.

O conjunto de mudanças indicadas acima tiveram forte impacto sobre a forma como se organiza a produção, circulação e distribuição dos produtos agrícolas, dando origem a um novo regime alimentar, o *regime alimentar corporativo* (McMichael, 2009, p.285). O conceito de *regime alimentar* tem sido concebido geralmente a partir de um conteúdo histórico, ou seja:

[...] ele tem demarcado arranjos periódicos estáveis na produção e circulação de alimentos numa escala mundial, associados com várias formas de hegemonia na economia mundial: inglesa, americana e corporativo/neoliberal. Em sua formulação original, são também indicados períodos de transição, antecipados por tensões entre formas sociais inseridas em cada ordem hegemônica – tensões resolvidas pela morte e renascimento do regime juntamente com uma diferente trajetória história. (McMichael, 2009, p.281, tradução nossa).

Porém, em convergência com o que propõe McMichael (2009), esse conceito será aqui empregado num sentido mais amplo, de modo a pôr em evidência as suas relações com outros processos capitalistas no espaço e no tempo como, por exemplo: a relação entre o processo de expropriação em larga escala do campesinato sob o *regime alimentar corporativo* e a criação de uma força de trabalho excedente disponível para outros setores da economia.

Também será considerada a teoria de Araghi (2009), em que pesem as diferenças que esta apresenta em relação à de McMichael. Para Araghi, a noção de *regime alimentar* se refere a um regime político de relações de valor globais uma vez que o alimento é intrínseco às relações de valor do capital por ser central para a reprodução do trabalho assalariado e outras formas de trabalho sob o capitalismo. Enquanto para McMichael, a partir do século XIX se pode identificar a sucessão de três regimes alimentares específicos sob as ordens hegemônicas acima referidas, para Araghi, o *regime alimentar global* teria sofrido um recuo sob a hegemonia americana e o nacional desenvolvimentismo, voltando a se recuperar sob a globalização neoliberal, que o autor denomina de globalismo pós-colonial neoliberal.

A análise da *questão agrária*, entendida tradicionalmente como uma problemática resultante da desigual distribuição de terras no campo e como obstáculo ao desenvolvimento social e econômico nacional⁵, será desenvolvida com base na análise das mudanças observadas no *regime alimentar global*. Ou seja, será considerada como uma questão que tem assumido novos conteúdos e significados na medida em que se configura um novo arranjo envolvendo atores globais em processos e conflitos relativos à propriedade da terra no campo e são definidos novos usos para a terra.

Metodologia

Este estudo procurou apreender um conjunto de processos atuantes na produção do espaço rural na contemporaneidade que têm redefinido profundamente o significado da *questão agrária*, a partir da análise do impacto que estes desencadeiam na *produção agrícola* e no *mercado de terras*. A pesquisa se baseou na análise de dados estatísticos e documentos oficiais – da FAO, OCDE, Banco Mundial, Governo Brasileiro -, estudos, reportagens em diferentes meios de divulgação, além de material produzido por movimentos sociais e entidades de apoio – Via Campesina, GRAIN, Food First etc. Buscou-se por meio de fontes diversas reunir os dados e informações necessários para a análise do objeto da pesquisa à luz do referencial teórico adotado.

Regime alimentar corporativo e volatilidade dos preço de alimentos

Uma série de processos em curso são responsáveis pelo estabelecimento de uma *nova divisão internacional do trabalho* e pela emergência de um *novo regime alimentar global*, que pode ser denominado de *regime alimentar corporativo* (McMichael, 2009, p. 281) ou *regime alimentar de cercamento* (Araghi, 2009, p. 119). Esse regime

caracteriza-se pelo poder de monopólio exercido pelas grandes corporações transnacionais que atuam em escala global na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como com a produção de insumos químicos e biotecnológicos e a oferta de financiamento para o setor.

Durante o regime alimentar anterior, o Estado estabilizou os preços dos alimentos em níveis baixos visando reduzir o custo da força de trabalho e de sua reprodução. Para isso, ele criou políticas e subsídios para estimular a produção de alimentos, formar estoques reguladores e garantir uma remuneração satisfatória para os produtores agrícolas, o que ocorreu de forma desigual segundo os países. Sob o atual regime, ocorreu o dismantelamento de mecanismos adotados no período desenvolvimentista, com a redução da intervenção do Estado na produção de alimentos, apesar de ele permanecer ativo no sentido de assegurar o bom funcionamento do mercado, favorecendo invariavelmente os grandes monopólios.

Esse *regime alimentar* conta com um sistema financeiro estruturado globalmente sob a supervisão do FMI capaz de assegurar um regime de endividamento como meio de subsidiar a demanda agregada e capaz de dar amplo suporte aos negócios com commodities em escala mundial. A Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, tem um papel chave na consolidação deste regime pois é a instituição responsável pela regulação do comércio mundial e emprega princípios liberais.

O atrelamento da produção de alimentos ao sistema financeiro tornou-se maior na medida em que os governos reduziram a sua participação na regulação do mercado e eliminaram as empresas estatais envolvidas com a administração de estoques reguladores. Diante de situações de crise de abastecimento alimentar, as grandes corporações atuam em geral de forma contrária ao que se observa sob a intervenção do setor público, submetendo a produção a uma lógica especulativa e buscando tirar proveito dos preços em alta, com o conseqüente agravamento da situação de crise.

As grandes corporações transnacionais controlam os preços dos alimentos que são pagos aos produtores e que são cobrados no mercado enquanto alguns subsídios ainda são mantidos nos países centrais. Assim, a produção camponesa tem sido inviabilizada ao mesmo tempo em que os alimentos da cesta básica têm sido vendidos a preço de monopólio para consumidores em situação de pobreza. O *regime alimentar corporativo* tem gerado o subconsumo forçado de uma população excedente amontoadá nos grandes centros urbanos e o superconsumo subsidiado de uma minoria urbana.⁶

A alta volatilidade atual dos preços de alimentos no mercado mundial decorre de uma conjuntura marcada sobretudo pelo forte crescimento da demanda e por crises de

abastecimento associadas a crises financeiras. A inflação dos preços de alimentos tem resultado no aumento da fome e contribuído para tumultos e revoltas em vários países, tornando-se uma preocupação crescente para governos e organismos internacionais.

A estratégia adotada por países com recursos financeiros e pobres em recursos naturais para assegurar a *segurança alimentar* interna tem sido a realização de investimento direto na produção agrícola em outros países, ao lado dos investimentos movidos por interesses apenas comerciais. Segundo o banco de dados mantido por *farmlandgrab.org*, *website* operado pela ONG GRAIN, e que se baseia em informações da mídia, há uma imensa *neogrilagem legal de terras* acontecendo no mundo desde as crises alimentar e financeira de 2008 que não dá sinais de arrefecimento. Foram identificados 463 projetos, entre outubro de 2008 e junho de 2009, cobrindo pelo menos 46,6 milhões de hectares de terra, em sua grande maioria localizados na África Subsaariana (GRAIN, 2010). Esses números representam um problema ainda maior se considerado o fato de alguns países africanos terem exportado alimentos em 2007/2008, quando sua população vivia uma situação de *insegurança alimentar* (BORRAS JR. e FRANCO, 2010, p. 4).

Os ministros da agricultura do G-20⁷, com o objetivo de reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos no mercado mundial e seus impactos mais nefastos sem comprometer os princípios do livre mercado, planejam a adoção das seguintes medidas em junho de 2011: (1) criação de um Sistema de Informação dos Mercados Financeiros, com mecanismos de alerta e um grupo de resposta rápida a ser acionado em tempos de crise para restringir as oscilações de preços; (2) criação pelo Programa Alimentar Mundial da ONU de um pequeno estoque estratégico de reserva de alimentos destinado a ações humanitárias em países pobres para superar turbulências de curta duração dos mercados internacionais (MOREIRA, 2011). Curioso observar que, a gestão de estoques reguladores, uma necessidade em se tratando da mercadoria alimento, reaparece no *regime alimentar corporativo* como atribuição de um organismo internacional.

Outro fator que tem tido um papel importante na alta dos preços de alimentos e no crescimento da produção agrícola em escala mundial e que evidencia a subordinação desta a relações de valor tem sido a expansão da produção de agrocombustíveis. Chama a atenção a voracidade com que esta expansão tem ocorrido, despertando amplas reações e críticas quanto a seus impactos ambientais, em decorrência do avanço do desmatamento em várias áreas, e sociais, devido à sua relação com o fenômeno da *neogrilagem legal de terras* e à sua crescente competição por terras com a produção de alimentos, contribuindo para o agravamento de conjunturas de fome.⁸

A produção de agrocombustíveis tem sido concebida desde 2006 como a grande panaceia para resolver o problema do aquecimento global e seus impactos deletérios devido ao fato de a eliminação de CO decorrente do uso de combustíveis fósseis ser identificada como a sua principal causa. Organiza-se, assim, uma nova frente de expansão do capitalismo com a estruturação de uma série de políticas e subsídios em nível nacional ou envolvendo grupo de países como a União Europeia e acordos bilaterais bem como a definição de diretrizes internacionais visando o rápido incremento de sua produção.

Essa expansão está relacionada a um movimento maior de reestruturação do poder sobre a terra, recursos genéticos, espaço econômico e sobre o mercado baseado em alianças entre corporações internacionais, firmas de biotecnologia, instituições financeiras, governos e produtores locais.

Nos bastidores – e debaixo do nariz das leis antitrust – gigantes petroleiras, de grãos, automóveis e engenharia genética estão formando parcerias poderosas: ADM e Monsanto, Chevron e Volkswagen; BP, DuPont, e Toyota. Essas corporações estão consolidando a pesquisa, produção, processamento e cadeias de distribuição dos nossos alimentos e sistemas de combustível sob um colossal teto industrial. (HOLT-GIMENEZ, 2007, p. 28)

O *regime alimentar global* representa um regime de produção, circulação e distribuição de valor. A análise das relações de valor numa escala global aponta para o que fundamenta tal *regime alimentar*, ou seja, para os mecanismos de dependência tecnológica, econômica e financeira por ele estabelecidos. É neste contexto que tem ganho maior expressão a luta em defesa da moratória das metas de investimento da *transição energética* e da *soberania alimentar*, ou seja, a luta pelo direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar.⁹

Fome de terras e cercamento global: o mercado de terras hoje

O mercado de terras no mundo se encontra em plena expansão e isto está relacionado a processos de valorização que não decorrem apenas da alta na demanda e nos preços dos alimentos mas incluem também o impulso recente tomado pelos investimentos na produção de agrocombustíveis, além de outros usos concorrentes¹⁰. Conforme indicado anteriormente, as crises financeiras têm reforçado o papel da terra como um ativo estratégico com grande potencial de elevada lucratividade.

A globalização, liberalização do mercado e rápido aumento do *investimento estrangeiro direto* têm sido acompanhados por um *boom* no mercado imobiliário e na monopolização da terra, com a *estrangeirização de terras*¹¹. Esses processos estão

relacionados a uma mais ampla mercadorização da terra e de outros recursos naturais até então utilizados como bens comuns por comunidades camponesas em diferentes países, ou seja, correspondem a mecanismos de *acumulação por espoliação*.

Comunidades inteiras perdem suas terras, trabalhadores são explorados, conflitos violentos irrompem (um alto funcionário representante de uma companhia foi morto), investidores violam leis e promessas, e assim por diante (GRAIN, 2010, p.3).

As relações sociais baseadas na terra adquirem maior complexidade política na medida em que o mercado de terras se torna global e seus atores ganho crescente mobilidade. Assim, as populações locais passam a lidar com atores poderosos e muitas vezes distantes em posição de grande desvantagem, marcada pela extrema desigualdade de forças entre as partes. As questões de terra hoje envolvem demandas concorrentes entre atores locais e atores distantes, sejam eles governos locais e nacionais, comunidades, indivíduos privados, organizações não-governamentais, instituições financeiras, grandes corporações transnacionais etc.

O aumento do envolvimento de capitais de origem estrangeira na compra de terras em outro país expressa a consolidação de um processo geral de liberalização e constituição de um mercado global de terras. O Banco Mundial tem sido um ator-chave nesse processo, desenvolvendo programas para estimular a regularização da propriedade da terra segundo os parâmetros da propriedade privada e subordinar o acesso à terra a mecanismos de mercado. O Programa Banco da Terra implantado no Brasil em fins dos anos 1990 e severamente criticado pelos movimentos sociais e segmentos da sociedade civil por propor a substituição do mecanismo de desapropriação no processo de reforma agrária pelo de compra financiada da terra, é um exemplo disso.

A controvérsia gerada em torno do processo de *estrangeirização de terras* em larga escala a partir de 2008, levou Banco Mundial a realizar um estudo para avaliar objetivamente o problema. No entanto, os resultados da pesquisa publicados no relatório denominado *Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?* de 2010 não foram além daquilo que já era conhecido de muitos. As companhias se recusaram a prestar informações a respeito de seus investimentos em terras agrícolas, da mesma forma que os governos envolvidos nestas transações. Além disso, ele omite informações que haviam sido veiculadas pelo próprio Banco em publicação anterior, como dados sobre os maiores países alvo dos acordos de *neogrilagem legal de terras* e os principais países de origem dos investidores entre 2008 e 2009 (ver Tabela 1) (GRAIN, 2010)¹².

Tabela 1: Investimentos em terras no mundo em bilhões de dólares entre 2008 e 2009

Principais países							
3 principais países de destino por região						Origem	
África		América Latina		Sudeste Asiático/Pacífico			
País	Total	País	Total	País	Total	País	Total
Sudão	6,4	Brasil	3,6	Indonésia	3,6	China	10,5
Gana	4,1	Argentina	2,6	Filipinas	3,1	Reino Unido	10,5
Madagascar	4,1	Paraguai	0,8	Austrália	2,8	Arábia Saudita	9,8

Fonte: Klaus Deininger apud GRAIN, 2010, p.3.

Apesar das limitações do relatório, o Banco admite em suas conclusões o que outros haviam dito sobre os impactos dessas transações, ou seja:

[...] que os investidores estão se aproveitando da “fraca governança” e da “ausência de proteção legal” das comunidades locais para empurrar as populações para fora das terras delas. Além disso, ele conclui que os investimentos estão devolvendo quase zero para as comunidades afetadas em termos de empregos ou compensação, isso sem falar da segurança alimentar (GRAIN, 2010, p.2).

O agronegócio brasileiro apresentou um *boom* de crescimento nas duas últimas décadas, atraindo de forma crescente capitais provenientes de fundos de investimento e empresas diversas, nacionais e internacionais, tanto para o investimento direto na produção de commodities (como, por exemplo, o investimento de empresas chinesas na produção de soja) como para a aquisição de terras. O campo brasileiro hoje é um espaço disputado por novos e velhos atores sociais mobilizados de diferentes maneiras a favor e contra a expansão do *regime alimentar corporativo*, que tem resultado no franco avanço de processos de descampesinização e desterritorialização e renovado a importância e o significado da *questão agrária*.

Em artigo recente a Revista Veja apresenta dados de um estudo feito pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul para o Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o crescimento dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro. Conforme a pesquisa, nos últimos dez anos, as corporações transnacionais do ramo de alimentos investiram 47 bilhões de dólares no país (PAULIN, 2011).¹³ Quase metade desses investimentos externos é proveniente de paraísos fiscais (ver Tabela 2).

Paulin (2011) destaca a preocupação do Governo Brasileiro com a crescente *estrangeirização de terras* no país. Segundo ele, dados do Banco Central registram que as cifras aplicadas na compra de terras por estrangeiros no país saltaram de 104 para 548 milhões de dólares entre 2002 e 2008. Apesar de medida da Advocacia-Geral da União limitando a venda de terras a estrangeiros em agosto de 2010, o governo

pretenderia flexibilizar tal proibição e permitir que estes, mesmo proibidos de comprar, arrendem terras (PAULIN, 2011).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária calcula que 4,5 milhões de hectares em imóveis rurais (o equivalente a 0,5% do território do país) estejam nas mãos de estrangeiros mas não sabe a que culturas eles são destinados, se são efetivamente explorados ou se visam apenas à especulação (PAULIN, 2011, p. 139).

Tabela 2: Investimentos externos no agronegócio brasileiro na última década em bilhões de dólares e participação percentual por país de origem

País	Capital investido em dólares	Participação no total
Holanda	12,6	26,7%
Estados Unidos	6,6	14,1%
França	3,6	7,8%
Canadá	3,4	7,3%
Bermudas	2,6	5,7%
Espanha	2,6	5,7%
Suíça	2	4,4%
Ilhas Cayman	1,7	3,6%
Portugal	1,3	2,9%
Luxemburgo	1,3	2,9%

Fonte: PAULIN, Igor. Terra Estrangeira. *Revista Veja*, São Paulo, 18maio 2011. p.139.

A aprovação da proposta de Novo Código Florestal na Câmara em 24 de maio deste após longos embates entre ruralistas e ambientalistas reflete a atual correlação de forças existente no Congresso Brasileiro, extremamente favorável aos interesses do agronegócio. O texto aprovado assegura a consolidação da área agrícola do país como ela está, sem que nenhum hectare do que foi desmatado ilegalmente até 2008 precise ser restaurado e ainda amplia as possibilidades de desmatamento ao redefinir as formas de uso permitidas em áreas de reserva legal e as áreas de vegetação nativa em encostas e margens de rios. Vale destacar que, na iminência da votação do Novo Código Florestal, verificou-se um avanço significativo do desmatamento em trechos da Amazônia Legal, especialmente no estado de Mato Grosso.

Além disso, observou-se a agudização da violência no campo, com o assassinato de lideranças ambientalistas na região amazônica. Vale destacar que, desde 2003, início do Governo Lula, tem-se uma queda do número de conflitos pela terra liderados por movimentos sociais como ocupações e acampamentos e de ações do poder público como despejos e prisões. Porém, desde 2008, têm crescido os conflitos protagonizados

pelo poder privado contra populações tradicionais, com expulsões de famílias e assassinatos, sem que haja ação efetiva do poder público para coibir estes crimes e punir os culpados (PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2011).

A Amazônia Legal, região beneficiada pelo Programa Terra Legal, ou contra-reforma agrária do Governo Lula, que regulariza a grilagem de terras públicas do Incra, destaca-se novamente, agora com os piores índices de violência no campo em 2010 (com destaque para RO, MA e PA). Essa região é hoje um campo aberto de conflitos nas áreas em que a soja, a cana e o gado avançam em terras de ocupação tradicional e ou que abrigavam diferentes formas de agricultura camponesa (OLIVEIRA, 2011).

Considerações finais

A *questão agrária* se consagrou como uma questão nacional no período marcado pela emergência de revoltas no campo sob o contexto da Guerra Fria. Ela foi concebida como um obstáculo ao desenvolvimento nacional, ou seja, um entrave ao desenvolvimento do capital em última instância, cabendo ao Estado administrá-la como um conflito de classe que tem lugar em seu território. Assim, a reforma agrária e a revolução verde são propostas como estratégias para esvaziar o potencial político-revolucionário das lutas camponesas, gerando contraditoriamente processos de campesinização e descampesinização, além de uma integração à indústria alimentar apoiada e subsidiada pelo Estado. Configurou-se uma ordem alimentar caracterizada pela superprodução, abundância de estoques e pela prática da ajuda alimentar.

Hoje se observa a transição dessa ordem alimentar de base fordista para um *regime alimentar corporativo* com mudanças significativas na forma de organização da produção, circulação e distribuição dos produtos agrícolas, bem como na distribuição de terras, o que se insere num processo mais amplo de definição de uma *nova divisão internacional do trabalho*, com fortes repercussões para a geopolítica mundial.

Não é mais possível conceber uma solução para os conflitos no campo apoiada apenas em políticas de caráter nacional uma vez que ele se encontra envolvido por um emaranhado de forças, atuantes em diversas escalas, inclusive global, que se territorializam em terras/território nacionais. A *questão agrária* hoje resulta sobretudo da consolidação do *regime alimentar corporativo* e do avanço do processo de *estrangeirização da terra*, sob o domínio de grandes corporações transnacionais que se territorializam por meio de alianças com capitais locais e de acordos com o Estado. Elas fazem uso de velhos mecanismos de espoliação, muitas vezes disfarçados por um véu de

legalidade, uma vez que em geral contam com a cumplicidade do Estado no processo de *neogrilagem legal de terras* (veja o caso do Programa Terra Legal acima citado).

O movimento da história parece pôr em cheque um antigo princípio de organização da sociedade moderna capitalista definido nos seguintes termos: *o capital é global, mas a terra é nacional*. Assiste-se à formação de um mercado de terras global, apesar da manutenção de particularidades em nível nacional.

O Poder Imperial não mais se estrutura a partir do controle pela força de sociedades nacionais pois os Estados foram de certa forma cooptados pelo projeto de globalização neoliberal. Ao lado das nações hegemônicas e de suas práticas neo-imperialistas emergem poderosas corporações transnacionais, que se estruturam como verdadeiros impérios. Resta vencer a resistência daqueles diretamente atingidos: a população desterritorializada, seja pela perda de suas terras, seja pela perda do controle sobre o seu território.

Hoje a luta camponesa tornou-se uma luta internacional em torno da bandeira da *soberania alimentar*, não se trata mais apenas de uma luta contra a grande propriedade e as perversas estruturas de poder local, mas de uma luta contra o *regime alimentar corporativo*. Neste sentido, é preciso ousadia e criatividade para construir localmente contrapoderes por meio da afirmação de identidades e direitos territoriais e estruturá-los em rede, territorializando-os em escala global. A Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina são experiências importantes nesta direção.

Notas:

¹ Os autores citados utilizam dados da FAOSTAT, órgão da FAO responsável pela produção de estatísticas (www.faostat.org).

² O grande crescimento econômico da China tem gerado um aumento da demanda de alimento e matéria-prima de tal ordem que, apesar do crescimento de sua produção interna, ainda assim, ela é um dos países que lideram os investimentos externos diretos na produção agrícola.

³ Expressão empregada pela ONG GRAIN dentre outras organizações que têm apoiado os movimentos camponeses em suas lutas na contemporaneidade.

⁴ Sobre a fome no mundo, ver 2010, *Global Hunger Index* do IFPRI (Instituto de Pesquisa sobre Política Alimentar Internacional).

⁵ A noção de desenvolvimento que norteia a discussão em torno da questão agrária nos anos 1950 e 1960 está vinculada à ideia de progresso que legitima o projeto expansionista do capitalismo e é assimilada em bases semelhantes pelos Estados socialistas no período. É preciso superar as armadilhas que envolvem essa noção a partir da elaboração de um pesamento crítico sobre o desenvolvimento. No entanto, dada a complexidade desse tema, não será possível tratá-lo no corpo deste artigo. Fica a sugestão da leitura do texto de McMichael (2007) sobre o assunto.

⁶ Para entender de forma mais abrangente o significado de tal *regime alimentar*, é preciso relacionar a produção e circulação de alimentos em nível global com um conjunto maior de processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em escala mundial.

⁷ Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

⁸ Nos casos do óleo de palma e do milho, dois produtos alimentares de importância fundamental em diversos países, a situação torna-se ainda mais grave na medida em que são formados complexos combustível- alimentares. Ou seja, a produção de milho e óleo de plama terá como destino a mesa ou o tanque de combustível a depender dos preços do mercado. Tendo em vista os altos subsídios concedidos à produção de agrocombustíveis, mesmo havendo a inflação do preço destes alimentos, é muito difícil competir com os ganhos assegurados por sua utilização na produção de combustíveis (McMichael, 2009).

⁹ A soberania alimentar é uma importante bandeira defendida por diversos movimentos camponeses no mundo. A Via Campesina, movimento internacional que congrega cerca de 150 organizações camponesas, tem defendido esta bandeira desde os anos 1990.

¹⁰ Segundo Zoomers (2010, p.433-440), o processo de *estrangeirização de terras* está relacionado a 7 processos relativamente novos que diferem das atividades tradicionais de mineração e compra de terras para atividades agropecuárias tradicionais de exportação, são eles: (1) produção agrícola em terras estrangeiras (*offshore*): investimentos estrangeiros diretos na produção de alimentos; (2) investimentos estrangeiros diretos na produção de agrocombustíveis e commodities agrícolas não-alimentares; (3) desenvolvimento de áreas protegidas, reservas naturais, ecoturismo e refúgios exclusivos (*hideaways*); (4) criação de Zonas Econômicas Especiais, trabalhos de infraestrutura em larga escala, extensões urbanas; (5) criação de complexos turísticos de larga escala; (6) aposentadoria e migração residencial; (7) compra de terras por migrantes em seus países de origem. Foram sublinhados acima os processos de maior expressão no território brasileiro.

¹¹ Sobre a *estrangeirização de terras*, outra referência importante é Fernandes (2011), que analisa este processo enquanto expressão da territorialização do agronegócio.

¹² A GRAIN se refere aqui ao paper de Klaus Deininger (Banco Mundial) intitulado *Large scale land acquisition: What is happening and what we can do?* apresentado no evento do Dia da Terra patrocinado pela Plataforma Mundial de Doadores para Desenvolvimento Rural e FAO/SDC/IFAD, 24 de janeiro de 2010, disponível em: <http://www.donorplatform.org/content/view/332/210>.

¹³ Empresas estrangeiras já apresentam ampla participação na comercialização dos principais produtos de exportação e respondem por 51% da soja exportada e 37% da carne suína (PAULIN, 2011).

Referências bibliográficas:

ARACHI, Farshad. The invisible hand and the visible foot: peasants, dispossession and globalization. In: AKRAM-LODHI, A. Haroon e KAY, Cristóbal. *Peasants and Globalization: political economy, rural transformation and the agrarian question*. Londres/ Nova York, Routledge, 2009.

BORRAS Jr., Saturnino e FRANCO, Jennifer. *La política del acaparamiento mundial de tierras: replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia*. ICAS (Working Paper Series N. 1), 2010. Disponível em: <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/La%20pol%C3%ADtica%20del%20acaparamiento%20mundial%20de%20tierras.pdf>. Acessado em: 02/05/2011.

FERNANDES, Bernardo M. *Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária*. In: CPT, *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011.

GRAIN. Relatório do Banco Mundial sobre a neogrilagem legal de terras: uma decepção e um fracasso, *A Contrapelo*, set. 2010. Disponível em: http://www.grain.org/articles_files/atg-27-pt.pdf. Acessado em: 01/05/2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

_____. *A brief history of neoliberalism*. Oxford/New York, Oxford University Press, 2005.

_____. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London/New York, Verso, 2006.

HOLT-GIMENEZ, Eric. Biofuels: five myths of the agro-fuels transition. *NERA*, v 10, n. 10 (janeiro/junho), 2007, pp.27-39. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/10/holtGimenez.pdf>. Acessado em: 03/04/2011.

IFPRI. 2010, *Global Hunger Index*. Bonn/ Washington / Dublin: IFPR, 2010. Disponível em: <http://www.ifpri.org/publication/2010-global-hunger-index>. Acessado em: 1/05/2011.

McMICHAEL, Philip. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. *Revista NERA*, v.10, n. 10, Jan./Jun., 2007, pp. pp. 57-71.

_____. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. *Agriculture and Human Values*, n.26, 2009, pp. 281-295. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/13534kg711820323/fulltext.pdf>. Acessado em: 20/04/2011.

MOREIRA, Assis. G-20 terá pacote contra oscilações de alimentos. *Jornal Valor*, São Paulo, 16maio 2011. CadernoB, p. 12.

OECD-FAO. *OECD-FAO AGRICULTURAL OUTLOOK 2010-2019*. 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/13/13/45438527.pdf> . Acessado em: 21/05/2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: CPT, *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011

PAULIN, Igor. Terra Estrangeira. *Revista Veja*, São Paulo, 18maio 2011. p.139.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A Contra-Reforma Agrária na Lei e na Marra: a expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil. In: CPT, *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011.

ZOOMERS, Annelies. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, April, 2010, pp. 429–447.